

Plano Estratégico 2022- 2025

Este plano estratégico, pensado para o triénio março de 2022 a março de 2025, é escrito num momento de grandes incertezas quanto ao futuro, onde nos vemos confrontados com desafios que esperávamos não ter de enfrentar nesta fase da história da Humanidade. O surgir de uma guerra na Europa e a sua ligação estreita com múltiplas áreas de funcionamento do espaço da União Europeia, ao qual o destino de Portugal e de todos nós está tão intimamente ligado, não pode deixar de nos preocupar e motivar uma reflexão, desde logo, como forma de contrabalançar todas as propostas retrógradas na área ambiental que já começam a surgir. Desde o regresso da energia nuclear, ao olhar saudosista sobre as centrais a carvão, à intensificação agrícola no espaço da UE focada numa lógica de soberania alimentar com menores cuidados ambientais e sociais são apenas alguns exemplos do que já anda a ser colocado em cima da mesa.

Neste contexto complexo e desafiante, ao qual se juntam as preocupações deixadas por uma pandemia e um modelo económico que continua a focar-se no crescimento contínuo num planeta finito, a intervenção da ZERO torna-se ainda mais relevante. A sociedade civil, seja de forma organizada ou informal tem de assumir um papel crescente na definição do tipo de sociedade que quer, na construção de uma visão partilhada para um futuro comum que, para existir, terá de ser sustentável e substancialmente diferente do que temos hoje.

Passados que estão seis anos de vida da ZERO, e conquistadas que estão etapas fundamentais no estabelecimento de redes nacionais e internacionais, na construção de uma imagem externa da ZERO como uma organização não governamental de ambiente de referência, no atingir do patamar dos mais de 2 mil associados/as e a atribuição da utilidade pública, os próximos três anos deverão ser uma aposta forte na mudança estrutural. Temos pouco tempo para a transição responsável na direção da sustentabilidade, a ciência é clara quanto à urgência, seja no modelo energético, seja no travar da perda de biodiversidade e o iniciar de um processo de regeneração de ecossistemas e dos seus serviços, seja numa alteração do modelo de produção e consumo, seja numa alteração profunda do nosso sistema alimentar, em termos de produção, comercialização e dieta. Mais do que apelar à eficiência em todos os domínios, temos de trabalhar o conceito de suficiência, dando espaço à ideia de que não precisamos de tanta “coisa” para que possamos sentir-nos realizados. Menos tem de passar a ser mais, sob pena de pormos em perigo a nossa própria existência enquanto espécie.

Contudo, o reconhecimento da urgência de uma mudança não é suficiente para a fazer acontecer, particularmente quando os paradigmas atuais estão tão bem “integrados” na nossa sociedade e na forma como pensamos o futuro. Criar pontes, identificar sinergias, mas também ter consciência e agir sobre as injustiças, as desigualdades que podem decorrer das alterações que defendemos, são elementos chave que abrem caminho para uma transição que une e integra, que conta com todos. Isto sem nunca perdermos de vista que as mudanças que propomos têm um enorme potencial para serem construtoras de igualdade e de solidariedade.

A ciência demonstra, relatório após relatório, que a nossa janela de oportunidade para mudar o curso do nosso caminho auto-destrutivo é muito reduzida e tem de ser aproveitada em todo o seu potencial para promover mudanças estruturais que nos conduzam a uma economia do bem-estar, onde o investimento público e privado é dirigido para iniciativas e soluções que previnem efeitos colaterais para o ambiente e a sociedade e fomentam o bem-estar de todos em pleno respeito pelos limites planetários.

Em breve iremos ter um novo Parlamento e um novo Governo. No novo equilíbrio de forças, o futuro arquétipo de governação e as mudanças do teatro político internacional que alteram os equilíbrios

estabelecidos não permitem uma perceção clara e inequívoca do rumo que Portugal irá ter em direção à sustentabilidade.

A mudança sistémica que se advoga impõe uma Administração Pública transparente, acessível e disponível orientada para a prestação de um serviço público que zele por melhorar a quantidade e qualidade da informação produzida, que dê suporte a análises rigorosas e credíveis que permitam a monitorização e avaliação de políticas públicas na área da sustentabilidade, designadamente ao nível da implementação de regimes jurídicos e das estratégias de carácter plurianual, bem como ao nível da programação e utilização dos fundos públicos.

O facto de ser frequente que os dados disponíveis sobre a realidade nacional em diferentes áreas ambientais padeçam de uma desatualização endémica que atinge muitas das vezes 3 ou 4 anos, demonstra a urgência de promover a adoção de um modelo informativo transparente, atualizado, útil e rigoroso.

Um reforço da capacidade de aplicar e verificar a aplicação da legislação e a regulamentação ambiental é outra área de ação fundamental, pois só dessa forma será possível promover a equidade entre todos os agentes e acabar com a competição desleal, que beneficia muitas das vezes os não cumpridores e os que não adotam os objetivos da sustentabilidade nos seus modelos de negócio e de posicionamento nos mercados.

Um reforço da capacidade de aplicar e verificar a aplicação da legislação e a regulamentação é outra área de ação fundamental, pois só dessa forma será possível promover a igualdade entre todos os agentes do mesmo setor e acabar com a competição desleal, quando uns cumprem a legislação e outros não, e sem quaisquer consequências. No presente, é comum que as empresas que mais investem para garantir a sustentabilidade da sua atividade e cumprir a regulamentação em vigor tenham que concorrer com empresas que não seguem os mesmos princípios, colocando as primeiras em graves dificuldades para garantir os postos de trabalho, com inegáveis prejuízos sociais e ambientais.

É neste contexto de enorme desafio que a lista candidata à Direção da ZERO no triénio março de 2022 a março de 2025, apresenta um conjunto de propostas e de linhas estratégicas de ação.

Visão

A ZERO tem como sua missão contribuir para **a construção de uma sociedade assente nos princípios do desenvolvimento sustentável, em pleno respeito pelos limites do planeta**. Uma sociedade onde o conceito zero seja motivador da ação, nomeadamente no que respeita ao uso de **zero combustíveis fósseis, poluição zero, ao desperdício zero, à zero destruição de ecossistemas e da biodiversidade e zero desigualdade social e económica**. Uma sociedade onde o desenvolvimento sustentável é entendido como o caminho para garantir equidade e justiça social, ambiental e económica e onde todos, individualmente e em interação com os outros, assumem a sua responsabilidade pela concretização desta visão.

Os desafios que se colocam a Portugal, à União Europeia e ao Mundo são muito exigentes, quer pela sua urgência, quer pela necessidade de alterar de forma estrutural a forma como produzimos, consumimos e desperdiçamos. É preciso **uma mudança sistémica** que resolva as situações de *lock-in* na insustentabilidade que hoje são um dos maiores entraves ao progresso. É fundamental um foco muito mais intenso nas interconexões entre políticas no sentido de lhes dar coerência, racionalidade ambiental e potenciar sinergias. É imperativo que a alocação de recursos e o estabelecimento de objetivos concretizem a mudança necessária rumo a uma Economia do Bem-Estar neutra em emissões em 2040.

Não estamos perante uma mudança reclamada apenas por especialistas ou ambientalistas. É a sociedade em geral que o exige e em particular, os jovens, que sentem que a sua qualidade de vida, o seu futuro e que o futuro da sua herança planetária está ameaçado.

Linhas Estratégicas

A ZERO – Associação Sistema Terrestre Sustentável, é uma associação sem fins lucrativos que assume as seguintes linhas estratégicas norteadores da sua ação:

Rumo a uma Economia do Bem-Estar

Considerando que acelerar a transição para um novo modelo económico compatível com os limites planetários, que são o garante da existência da espécie humana, é imperativo, defendemos que Portugal deve fazer o caminho para se tornar uma Economia do Bem-Estar - assente na ideia que a Economia deve estar ao serviço das pessoas e das comunidades, potenciando uma atividade económica que maximiza os impactes positivos e minimiza os impactos negativos, sempre com respeito pelos limites do planeta - tendo como exemplo países como a Escócia ou a Nova Zelândia que estão já a desenvolver orçamentos assentes nos princípios e valores de uma Economia que promove o bem-estar de todos, respeitando os limites planetários.

A ZERO prevê contribuir para esta mudança através do seu trabalho nas cinco áreas temáticas que existem no seio da Associação, que são: água e oceanos; alterações climáticas, energia e mobilidade; biodiversidade, agricultura e florestas; sociedades sustentáveis e novas formas de economia; solo e gestão do território.

Comunicar de forma eficaz e abrangente

Seja através da dinamização ou da participação em iniciativas de reflexão sobre as prioridades estratégicas em termos temáticos e de intervenção, seja através da implementação de uma estratégia de comunicação que permita dar a conhecer os objetivos e as propostas da ZERO à sociedade em geral e aos diferentes *stakeholders*, será objetivo da ZERO alargar a sua esfera de influência para além dos grupos óbvios. Ao comunicarmos temos, cada vez mais, de pensar em comunicar para quem não está tão sensibilizado para o tema e procurar demonstrar a relevância de agir de forma sustentável para bem do ambiente, da sociedade e da economia. Mas comunicar implica também ouvir, escutar com atenção quem contesta, em particular os grupos mais desfavorecidos ou mais afastados do debate político e público sobre ambiente e sustentabilidade.

Áreas temáticas

Reforçar a dinamização das cinco grandes áreas temáticas definidas no momento da fundação da ZERO: água e oceanos; alterações climáticas, energia e mobilidade; biodiversidade, agricultura e florestas; solo e gestão do território; sociedades sustentáveis e novas formas de economia

ÁGUA E OCEANOS

Este ano veio revelar, mais uma vez, a importância do recurso água ser gerido com parcimónia, quer em anos secos, quer em anos húmidos, tendo particular atenção à criação de nova procura, sempre que se disponibilizam ofertas.

Neste contexto, consideramos fundamental seguir com atenção a monitorização do estado ecológico das massas de água subterrâneas e superficiais, e a criação de instrumentos legais, fiscais e de planeamento focados na proteção dos recursos hídricos.

No sentido de promover uma melhor qualidade da água, a ZERO defende a regulamentação da comercialização e utilização de pesticidas na agricultura, enquanto medida de proteção da saúde humana e da contaminação das águas superficiais e subterrâneas.

O estabelecimento de uma moratória imediata nos investimentos no regadio para efetuar uma avaliação ambiental estratégica, bem como avaliar rigorosamente a relação custo-benefício de cada empreendimento, incluindo o impacto nos preços dos produtos e na criação efetiva de emprego.

Consideramos ainda importante que seja dada maior prioridade à implementação da reutilização de águas residuais, permitindo assim a utilização generalizada deste recurso e garantir uma meta de 50% de reutilização de águas residuais nas maiores ETAR. A par com este tema do aproveitamento das águas residuais, defendemos ainda incentivos para a instalação de equipamentos de reutilização de águas cinzentas e aproveitamento de águas pluviais na construção e reabilitação do edificado.

A ZERO defende ainda a criação de mais Áreas Marinhas Protegidas e alocação de meios financeiros para a vigilância e fiscalização das atividades interditas e/ou condicionadas, bem como a proibição imediata e total de artes de pesca lesivas dos habitats naturais marinhos, como a pesca por arte de arrasto.

ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS, ENERGIA E MOBILIDADE

O atual momento, que expõe com clareza a volatilidade e insegurança que a dependência de combustíveis fósseis introduz nas sociedades que deles dependem, deve ser o catalisador de uma mudança profunda na forma de pensar a organização da nossa sociedade, onde a energia é analisada à luz do conceito de suficiência, eficiência e neutralidade carbónica.

Desde logo, o Plano Nacional de Energia e Clima e os Planos conexos, devem ser revistos à luz dos avanços tecnológicos recentes, mas também dos novos compromissos europeus, assim como os decorrentes da nova Lei de Bases do Clima, nomeadamente o Programa Nacional de Investimentos. A transição energética justa, garantir informação e a dinamização de programas de financiamento que coloquem a prioridade na eficiência energética e na adoção de energias renováveis na renovação de edifícios, garantir o cumprimento dos objetivos da legislação europeia no que respeita à edificação e conversão de edifícios de balanço de energia (quase) zero e promover a viabilização de novos modelos de organização do sector elétrico com potencial para melhorar o acesso democrático à energia, como sejam as Comunidades de Energia Renovável e as Comunidades de Cidadãos de Energia são áreas onde a ZERO incidirá a sua atenção.

O combate à pobreza energética é um imperativo, pelo que a ZERO não deixará de se bater pela implementação da Estratégia Nacional de Combate à Pobreza Energética com metas e objetivos faseados. A ZERO considera ainda como área prioritária de ação, a implementação e regulamentação da Lei de Bases do Clima, nomeadamente a constituição do órgão de consultoria, iniciando nomeadamente o processo de reconhecimento do Clima Património da Humanidade junto das Nações Unidas.

Na área dos transportes, consideramos importante a conclusão do Plano Ferroviário Nacional, nomeadamente aumentando a capacidade de transportar passageiros nas atuais linhas suburbanas, ligando as principais plataformas logísticas entre si, densificando as redes suburbanas em Lisboa e Porto de modo a reduzir os transbordos e os tempos de viagem, lançar as ligações nacionais e ibéricas que garantam interoperabilidade com a rede europeia e permitam reduzir o tráfego aéreo e rodoviário entre Lisboa, Porto, Madrid e Barcelona que representam entre 10% a 15% do tráfego com origem nos aeroportos nacionais. Por outro lado, é importante que sejam aumentadas as restrições de estacionamento no interior das grandes cidades com reciclagem de receitas para o reforço da oferta de transportes públicos à escala metropolitana e construção de infraestruturas de estacionamento periférico.

A aceleração da conversão de frotas de transporte público rodoviário para modo elétrico - estabelecimento de metas de introdução de veículos elétricos por operador, garantindo o fim das vendas de veículos de transportes de passageiros a combustão até 2030 e o reforço dos apoios à construção de ciclovias nas principais cidades com estabelecimento de metas municipais (em ambiente urbano), são temas que merecerão a atenção da ZERO.

Defenderemos ainda a generalização do transporte escolar gratuito, como forma de libertar milhares de pais do transporte dos filhos em veículo privado, associado a iniciativas de promoção da mobilidade suave por parte dos alunos (disponibilização de infraestruturas que permitam uma circulação segura de crianças e jovens no acesso aos espaços escolares).

A ZERO continuará a bater-se por uma verdadeira avaliação ambiental estratégica colocando as várias hipóteses a estudo para as infraestruturas aeroportuárias previstas para a região de Lisboa e defenderá a introdução de taxas sobre o combustível e de imposto sobre o valor acrescentado no combustível e nos bilhetes, para evitar a distorção fiscal em relação a outros modos de transporte onde tais impostos e taxas são aplicadas.

BIODIVERSIDADE, AGRICULTURA E FLORESTAS

Na área da biodiversidade, consideramos fundamental a implementação de um modelo de pagamento de serviços de ecossistema para os proprietários detentores de parcelas e atividades promotoras de conservação ativa de espécies e habitats protegidos, bem como de serviços ambientais à sociedade (por exemplo, prevenção de fogos rurais, sequestro do carbono, regulação do ciclo da água e dos nutrientes), localizados em Áreas Classificadas.

A conceção e/ou implementação de planos de ação para a conservação de espécies e habitats com estatuto de conservação desfavorável, designadamente flora em perigo, peixes migradores, cágados de água doce, bivalves de água doce, invertebrados troglóbios, quirópteros, bem como turfeiras, habitats litorais, bosques de azevinho, teixo, zimbrais, louricais deve ser considerada, bem como a conceção de um programa de renaturalização de áreas para a vida selvagem com presença humana reduzida ou em processo acelerado de despovoamento (potencial de *rewilding*).

Defenderemos ainda a aplicação efetiva do Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais, para discriminar positivamente os Municípios com áreas classificadas, utilizando os cerca de 60 milhões de euros que são anualmente devidos para favorecer o surgimento de novas atividades e negócios compatíveis com a conservação da biodiversidade e dos ecossistemas, reduzindo a apetência por atividades menos favoráveis ou mesmo prejudiciais à conservação da biodiversidade e da geodiversidade. Por outro lado, é importante a definição de um programa de aquisição de terrenos para aumentar as áreas sob gestão do Estado, principalmente em áreas classificadas, com uma dotação de, pelo menos, 2,5 milhões de euros/ano.

Revisão imediata do modelo de cogestão das Áreas Protegidas, reconferindo ao Instituto da Conservação da Natureza a prerrogativa de implementar um modelo de gestão de proximidade com equipas dedicadas aos territórios em questão, por forma a impedir a atual deriva de municipalização cuja lógica de “exploração” dos recursos se pode constituir como potencial ameaça à conservação dos valores naturais.

A agricultura é um setor fundamental para o nosso país, mas torna-se cada vez mais relevante assegurar o desenvolvimento ordenado das paisagens agrícolas respeitando o direito de participação das populações locais na definição e implementação das políticas de paisagem, conforme a Convenção Europeia da Paisagem, subscrita por Portugal (Lei n.º 4/2005, 14 de fevereiro) e assegurar o bom funcionamento das estruturas biofísicas fundamentais.

Há ainda muito trabalho a fazer para promover e incentivar o ordenamento das áreas agrícolas periurbanas no sentido de as tornar produtivas e fornecedoras de frutícolas e leguminosas de proximidade.

O modelo produtivo atual tem sérias limitações e impactes muito significativos nas alterações climáticas, na degradação do solo, na poluição da água e mesmo na saúde humana, seja por via da utilização de fitofármacos, seja pelo modelo alimentar subjacente, com um forte enfoque no consumo de proteína animal em valores muito superiores aos recomendados pelas autoridades de saúde (como fica claro na balança alimentar Portuguesa). Assim, a ZERO defende que Portugal deve preparar-se para a implementação de um modelo produtivo agroecológico, sendo para tal necessário: adotar os princípios fundamentais da Agroecologia (FAO) e organizar os processos de desenvolvimento em torno de estratégias locais de alimentação; fomentar a organização de produtores e consumidores (por exemplo, em AMAP - Associação pela Manutenção da Agricultura de Proximidade e Sistemas Participados de Garantia) para o desenvolvimento de cadeias curtas agroalimentares; apoiar e facilitar a implementação de soluções de compostagem comunitária; aderir a metodologias de avaliação e indicadores adequados para aferir a sustentabilidade dos sistemas agrícolas e da cadeia alimentar (medição dos serviços de ecossistema, análise de ciclo de vida, eficiência energética do sistema, atividade enzimática do solo, etc.) ligando estes aos programas de incentivos e apoios ao investimento.

Mas para que este novo modelo possa emergir, será fundamental democratizar o acesso à informação, tornando públicas informação de qualidade e as ferramentas de visualização de dados, incluindo os sistemas de informação geográfica, assim como recuperar a "extensão rural", em colaboração com as instituições de ensino superior e associações, a fim de assegurar um efetivo acompanhamento dos agricultores no que respeita à implementação de sistemas agrícolas sustentáveis e respetivas práticas. Os observatórios e campos experimentais agrícolas públicos em áreas relevantes (pela dominância do setor primário), com renovado foco em investigar métodos e tecnologias agrícolas ecológicas, adaptados aos desafios do presente e futuro, num quadro de alterações climáticas, devem ser reativados.

Defendemos um reforço dos apoios à conservação das raças animais autóctones mais ameaçadas e à preservação das variedades de sementes tradicionais (bancos de sementes vivas), majorando as atividades que tenham impactes comprovadamente positivos sobre a conservação da biodiversidade, isto ao mesmo tempo que se proíbe o uso de sementes transgénicas.

Defenderemos ainda a remoção progressiva dos apoios à agricultura com alto nível de inputs, baseada em cadeias agroalimentares longas e geradoras de externalidades negativas, preparando caminho para a alocação dos apoios públicos numa lógica de pagamento pelos bens públicos gerados, visando o apoio a uma transição ecológica justa dos sistemas alimentares. Da mesma forma, será importante parar o investimento público na expansão do modelo de regadio baseado em monoculturas e na grande propriedade, alocando esses apoios para formas equitativas e sustentáveis de distribuição da água como as paisagens de retenção de água.

Os apoios ao investimento na agricultura biológica, medidas agroambientais e em culturas em que o país é deficitário e que podem representar boas alternativas nutricionais ao consumo de proteína animal (por exemplo, leguminosas, frutos secos) devem ser reforçados.

Na área da floresta, a ZERO defenderá a implementação integral de soluções de pagamento de serviços de ecossistema, através da PAC 2023-2027 e do Plano de Recuperação e Resiliência, para apoiar os proprietários que participem em Unidades de Gestão Florestal, Sociedades de Gestão Florestal, Zonas de Intervenção Florestal e Áreas Integradas de Gestão da Paisagem, situadas em áreas onde prevaleça o minifúndio.

Também nos parece importante que sejam feitos investimentos na rede de viveiros florestais do Estado para produção de plantas autóctones de uso florestal ou para fins de conservação da natureza e a criação de laboratórios-piloto que se dediquem à investigação da valorização económica de espécies autóctones.

Defenderemos ainda ações que permitam efetivamente alterar o paradigma de investimento em minifúndio que garanta a conversão da paisagem com investimento em espécies autóctones com elevado nível de resiliência que maximizam os níveis de biodiversidade e fornecimento de serviços de ecossistema, sem esquecer o assegurar do rendimento dos proprietários.

SOLOS E GESTÃO DO TERRITÓRIO

Este é um tema de enorme abrangência e múltiplas pontes com temas trabalhados em outras áreas temáticas. A ZERO está preocupada com a tendência de artificialização do território, sem que haja uma preocupação, ou mesmo uma obrigação de compensar ou de regenerar áreas equivalentes. É insustentável continuarmos a artificializar o território, ao mesmo tempo que coexistem no espaço público zonas urbanas e industriais não utilizadas, sem uma estratégia para a sua recuperação. Há também que explorar soluções “fora da caixa” que possam permitir agir sobre os passivos ambientais existentes e dar novas funcionalidades aos territórios degradados

A ZERO defenderá o cumprimento dos Planos Diretores Municipais, nomeadamente respeitando a salvaguarda de áreas sem culturas intensivas junto a aglomerados urbanos, a integração dos mapas de ruído, a consideração do risco climático ou a salvaguarda de corredores ecológicos e uma correta implementação do Programa Nacional para a Política do Ordenamento do Território (PNPOT).

Consideramos fundamental inverter a retirada sistemática de áreas essenciais para a redução de diversos riscos nas áreas classificadas como Reserva Ecológica Nacional e dos solos mais produtivos classificados como Reserva Agrícola Nacional, mas também a definição, a nível superior, de zonas *non aedificandi* em áreas identificadas como vulneráveis às alterações climáticas, nomeadamente em zonas costeiras, avaliando ainda a possibilidade de introdução de um mecanismo legislativo que permita a revogação de direitos adquiridos (mediante compensações) com base na alteração de circunstâncias.

Nesta área será ainda importante trabalhar em prol de uma Carta da Qualidade dos Solos.

SUSTENTABILIDADE E NOVAS FORMAS DE ECONOMIA

Nesta área temática procurar-se-á manter a aposta na dinamização do debate em torno de um novo modelo de sociedade, assente em princípios de suficiência, de questionar do foco numa visão limitada de crescimento, de uma sociedade onde a neutralidade carbónica sai do papel para a realidade e onde se assegura uma transição justa para todos.

Neste triénio haverá espaço para continuar o aprofundamento do debate sobre a forma como medimos o desenvolvimento, o progresso, o bem-estar de uma sociedade. Dando seguimento ao trabalho iniciado em 2021 (nomeadamente os resultados do processo participativo e de auscultação a diferentes *stakeholders* realizado em 2021) e dando bom uso à pertença da ZERO à rede *Wellbeing Economy for All* iremos procurar levar este conceito aos nossos representantes políticos, com o intuito de, em breve, Portugal estar entre os países que assumem a Economia do Bem-Estar como um desígnio nacional e que a têm por referência na definição do seu orçamento e das medidas políticas implementadas.

O tema da economia circular irá manter-se como central nesta área temática. Ao nível dos resíduos urbanos será reforçado o foco na prevenção da produção dos resíduos (redução e reutilização). Existem vários desafios na área da redução e reutilização que se concretizarão nestes próximos três anos, em particular na área das embalagens, e a ZERO terá de estar muito atenta para garantir que as ações necessárias serão implementadas, de forma a que as metas propostas possam, de facto, ser atingidas no tempo certo. Existem também oportunidades interessantes para reforçar a ação a nível europeu na área da redução e reutilização

e aí a ZERO, em parceria com as congéneres, irá trabalhar no sentido de tornar, incontornável, que todos os Estados-Membros trabalham para promover a prevenção de resíduos.

Um outro grande desafio será a regulamentação e implementação do sistema de depósito para embalagens de bebidas descartáveis, cuja entrada em funcionamento já está atrasada o que implica o desperdício diário de cerca de 4 milhões de embalagens de plástico, metal e vidro que acabam em aterro ou a serem incineradas em vez de recicladas.

Manter-se-á o enfoque na promoção da transformação ao nível local, apoiando vários municípios na implementação de estratégias zero resíduos, no âmbito da qual, a ZERO dará particular atenção à promoção alargada da compostagem doméstica e comunitária de biorresíduos, no sentido de maximizar o seu potencial de reciclagem local, envolvendo as escolas na transmissão de conhecimentos sobre o tema às famílias.

A ZERO irá também participar na revisão dos princípios subjacentes à aplicação da responsabilidade alargada do produtor na área dos resíduos no sentido de integrar aspetos como a promoção da reutilização (seguindo o exemplo do que já acontece em França) e a ecomodulação (que assegurem que os ecovalores definidos para cada produto abrangido cobrem os custos do seu encaminhamento e tratamento ambientalmente corretos, bem como os custos de limpeza ambiental, sempre que justificável, como defendido pela diretiva sobre plásticos de uso único. Será ainda importante garantir a existência de mecanismos dissuasores do incumprimento das metas, por exemplo, um agravamento significativo dos custos de deposição em aterro ou incineração.

A ZERO continuará a bater-se pela publicação da legislação sobre prevenção e remediação da poluição do solo (ProSolos), pela implementação da responsabilidade alargada do produtor a fluxos de resíduos que neste momento não estão abrangidos, por exemplo os têxteis e calçado, as cápsulas de café, têxteis sanitários, resíduos de construção e demolição, colchões, plásticos na agricultura, levando a que os produtores assumam os custos inerentes à gestão dos produtos que colocam no mercado. Manterá ainda o seu trabalho de acompanhamento de inúmeros fluxos de resíduos não urbanos.

A aposta na área das substâncias químicas (aumento do conhecimento/perceção dos portugueses sobre o tema; influência sobre as políticas públicas nesta área, entre elas as centradas nos desreguladores endócrinos), manter-se-á e revela-se particularmente relevante num momento em que se prevê a revisão do regulamento europeu REACH – Registo, Avaliação e Autorização de substâncias Químicas. A articulação entre a Economia Circular e as substâncias químicas será outro dos temas que deverá merecer atenção no próximo triénio, visto existirem aí grandes desafios que merecem a atenção da comunidade ambientalista, em particular no que diz respeito aos materiais em contacto com alimentos.

FUNCIONAMENTO INTERNO

Esta dimensão representa sempre um desafio no seio de qualquer organização, em particular, quando se pretende estimular e garantir uma participação alargada, quer de dirigentes, quer de associados.

A aposta deverá ser na dinamização de uma lista eletrónica para facilitar o diálogo, a comunicação e a troca de informação e de conhecimento, onde participam dirigentes e associados que mostraram interesse em trabalhar voluntariamente em cada uma das áreas.

Quanto aos Associados, mantendo o interesse em estreitar o contacto próximo com os Associados, haverá um maior cuidado em auscultar regulamente quem nos apoia sobre o desempenho, mas também os desafios que se colocam à Associação. Procuraremos também agilizar mecanismos que possam fomentar uma melhor integração dos Associados que desejem ser voluntários e melhorar a capacidade de resposta aos inúmeros

pedidos de apoio e disponibilização de informação. Finda a pandemia, é também objetivo retomar a organização de atividades lúdicas com os Associados.

Por último, no que à comunicação diz respeito manter-se-á como um dos pilares estratégicos da ação da ZERO, com a profissionalização da área, prosseguindo o seu processo de construção. Para tal, propõe-se o desenvolvimento de quatro eixos estratégicos que serão a espinha dorsal para o plano de ação ao longo do próximo triénio: (i) a simplificação da linguagem e abordagem de conteúdo de origem interna; (ii) a humanização e tangibilização dos colaboradores e papel/ação da Associação; (iii) a amplificação do seu posicionamento; (iv) a consolidação identitária e gráfica.

Como denominador orientador destes objetivos, encontraremos a tríade lógica “Enquadramento do tema/problema » O papel da ZERO » O que o cidadão pode fazer” que irá responder ao desafio de comunicação que se impõe à associação nesta nova fase: a desconstrução e amplificação do seu trabalho, aproximando a sua ação do público em geral, criando proximidade e aumentando os seus seguidores.

DIÁLOGO INSTITUCIONAL

A ZERO manterá o seu papel ativo no diálogo institucional com o governo, com os Parlamentos nacional e europeu e com as diferentes forças partidárias, bem como ao nível regional e local, junto das comunidades intermunicipais, das câmaras municipais, e de outros agentes, como associações e movimentos de cidadãos. Para além da ação pública, procurar-se-á dar a conhecer e influenciar de forma devidamente estruturada e fundamentada as nossas posições, ganhando assim credibilidade junto da sociedade e dos decisores.

FINANCIAMENTO

No que concerne à angariação de financiamento, a ZERO irá reforçar os seus esforços de trabalho conjunto com os parceiros internacionais com o intuito de procurar assegurar financiamento para a realização de trabalho de acompanhamento de políticas a nível europeu e a sua implementação em Portugal. Irá ainda aproveitar as diferentes oportunidades de financiamento que surjam em Portugal para concretizar projetos demonstrativos de um novo modelo económico e cultural assente num uso eficiente de recursos.

Durante este triénio é nosso objetivo proporcionar aos nossos Associados a possibilidade de contribuírem para a ZERO através da consignação de IRS.

Será mantida a aposta na total transparência em termos de financiamento, garantindo a disponibilização da lista dos financiadores da ZERO referente a cada ano.

A lista candidata à Direção da ZERO

Lisboa, 10 de março de 2022